

# A construção do bloco histórico: via jacobina e o “debate” com Georges Sorel nos *Cadernos do Cárcere*\*

Leandro de Oliveira Galastri\*\*

## **Resumo:**

O objetivo deste texto é demonstrar como, por meio da crítica ao antijacobinismo do filósofo francês Georges Sorel, Gramsci elabora teoricamente a possibilidade de uma via jacobina para a construção do novo bloco histórico. Tomada como alternativa revolucionária ao processo necessariamente conservador representado pelas revoluções passivas, a via jacobina “gramsciana” se constituiria pela inserção das massas à vida estatal promovida pelo partido enquanto moderno príncipe maquiaveliano.

**Palavras-chave:** Bloco histórico. Jacobinismo. Antonio Gramsci. Georges Sorel.

## **Introdução**

A relevância do pensamento de Sorel na confecção da malha conceitual dos *Cadernos do Cárcere* é conhecida. Considerado fora de sua relação com a obra de Gramsci, porém, Sorel não parece ter mantido importância teórica semelhante à que possuem ainda hoje, independentemente de sua presença nos *Cadernos*, outros interlocutores do marxista prisioneiro. Talvez não seja possível atribuir ao pensador francês a mesma centralidade, nessa obra de Gramsci, de personalidades com participação capital nela como Labriola, Croce ou Maquiavel, por exemplo. Não é nosso objetivo, de todo modo, construir uma abordagem comparativa, mas demonstrar a influência de Sorel na elaboração do léxico teórico gramsciano por meio de uma discussão em torno da categoria de bloco histórico. Tal categoria é elaborada por Gramsci a partir dos conceitos sorelianos de bloco, cisão e mito. A construção de um novo bloco histórico seria o resultado almejado pela classe ou classes que exercem hegemonia em processo histórico de transição. A esse tema se relacionam outros, fundamentais nos *Cadernos*: a inevitável reforma intelectual e moral, o espírito jacobino com que aquela construção

---

\* Agradeço aos colegas Henrique Amorim e Luciano Martorano pelos comentários críticos, bem como ao Prof. Alvaro Bianchi, orientador desta pesquisa.

\*\* Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp. End. eletrônico: leandrogalastri@gmail.com

deve ser empreendida e os riscos de reveses históricos materializados no fenômeno necessariamente conservador da revolução passiva.

O curso da presença de Sorel nos *Cadernos do Cárcere* nos indica três discussões principais nas quais Gramsci lida, às vezes mais, às vezes menos diretamente, com o pensamento do sindicalista revolucionário francês, quais sejam as que se referem à revolução passiva, ao jacobinismo e à construção do bloco histórico (Gramsci, 2001)<sup>1</sup>. Os conceitos de revolução passiva e jacobinismo se apresentariam, nos *Cadernos*, como as duas vias principais, embora antagônicas, de edificação de um novo bloco histórico. É apenas da relação entre os conceitos de bloco histórico e jacobinismo, no entanto, que se ocupará mais diretamente a discussão que aqui propomos.

### **O bloco histórico**

Uma das definições mais simples de bloco histórico fornecida por Gramsci é a que o apresenta como o nexo real, indissolúvel, entre estrutura e superestrutura, definição de reconhecida inspiração soreliana (Q10/II, §41/XII, p. 1321, C; Q4, §15, p.437, A).<sup>2</sup> Gramsci se serviria da formulação original de Sorel para enfatizar a conexão entre aqueles dois níveis gerais de uma formação social. Importante observar, no entanto, que embora Gramsci se inspire no conceito de “bloco histórico” tal como formulado por Sorel, o mesmo conceito elaborado pelo marxista italiano possui uma natureza marcadamente distinta. No autor francês trata-se de um sistema de imagens a que é preciso tomar “em bloco como forças históricas” (Sorel, 1992: 41), o mito que manterá acesa a chama revolucionária enquanto nele forem depositadas as esperanças de realização da sociedade futura. O “bloco histórico” de Gramsci, ao contrário, assume-se como uma unidade dialética entre forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura jurídico-política num dado momento histórico: “Conceito de ‘bloco histórico’, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (Q13,§10, p.1569, C; Q8, §61, p.977, A).

Em Sorel, tratar-se-ia do mito em sua integridade imagética, e sua potência histórica encontrar-se-ia justamente nessa integridade. Em Gramsci, é a unidade material contraditória de um período histórico específico. Quando a esfera das forças produtivas adquire um desenvolvimento tal que torna insanáveis suas contradições

---

<sup>1</sup> A referência aos textos de Gramsci será feita da seguinte forma: (Q, S, p., A, B ou C), onde “Q” designará o caderno, “S” o parágrafo, “p.” a página e a seguir se se trata de um texto A, B ou C. Quando a referência for a um texto C (de segunda redação), será indicado também o respectivo texto A (de primeira redação). As notas de tipo B são as de redação única, sem modificações posteriores. Todas as notações referir-se-ão à edição crítica de Valentino Gerratana, da qual utilizamos a reimpressão de 2001, que mantém a mesma paginação da edição original de 1975 (Gramsci, 2001).

<sup>2</sup> Um dos escritos pioneiros sobre a questão específica do bloco histórico é o livro de Portelli (1972). Nele, porém, Sorel é citado apenas numa rápida passagem que alude ao fato de Gramsci ter-lhe “tomado emprestado” o conceito de cisão (Portelli, 1972:142).

em relação à esfera das relações de produção, eis o surgimento de uma tensão que tende a desagregar o bloco histórico considerado como aquela unidade, que clama pela superação das antigas formas de relações de produção por novas formas em conformidade com as novas condições históricas objetivas e subjetivas.

Ocorre que Sorel não atingiria a passagem teórica do momento econômico-corporativo para o plano político. O mito, no sentido de bloco de imagens históricas a serem buscadas pela revolução proletária difere-se, no autor francês, dos fatos realmente consumados pelas massas, embora essas devam agir impulsionadas por esse bloco de imagens. Para Sorel,

Os homens que participam dos grandes movimentos sociais representam sua ação imediata sob a forma de imagens de batalhas que asseguram o triunfo de sua causa. Propus chamar de *mitos* essas construções (...): a greve geral dos sindicalistas e a revolução catastrófica de Marx são mitos. (...) É preciso tomá-los em bloco como forças históricas e, sobretudo, não comparar os fatos consumados com as representações aceitas antes da ação (Sorel, 1992: 41).

Os mitos não seriam, assim, descrições de coisas, mas expressões de vontade. Em Gramsci, porém, não se verificaria tal separação. O bloco histórico, como expressão da vontade coletiva por meio do partido jacobino, é também “descrição” das ações de tradução daquela vontade em política por esse partido, ou é o conjunto das próprias ações dessa tradução. O mito se torna, assim, expressão de um bloco ideológico composto pelas vontades políticas das massas, a tradução política da vontade coletiva na forma do partido. Gramsci, apontando tal limitação na concepção soreliana, afirma:

Pode-se estudar como Sorel, a partir da concepção de ideologia-mito, não tenha alcançado a compreensão do partido político, e se tenha detido na concepção do sindicato profissional. É verdade que para Sorel o mito não encontrava sua expressão maior no sindicato, como organização de uma vontade coletiva, mas na ação prática do sindicato e de uma vontade coletiva já operante, cuja realização máxima deveria ser a greve geral (...). Em Sorel, então, chocam-se duas necessidades: a do mito e a da crítica do mito, já que ‘cada plano preestabelecido é utópico e reacionário’. A solução era abandonada ao impulso do irracional, do arbitrário (Q13, §1, p.1556-7, C; Q8, §21, p.951, A).

O bloco gramsciano seria a elaboração de uma vontade coletiva a partir do interior de determinadas relações de produção, seria nova “formação histórica” com possibilidade de estabelecer, em época de transição, uma direção determinada ao “aparelho produtivo” (Badaloni, 1975: 93). A unidade entre prática e teoria, entre “natureza e espírito” ou “estrutura e superestrutura”, consubstanciando o bloco histórico segundo Gramsci, adquire aqui concretude no que se refere, por exemplo, à questão da transição, ou sociedade de transição. Gramsci classificaria tal bloco como “histórico” porque seria aberto à perspectiva histórica, não porque designaria um momento histórico específico. Ou seja, como faz Badaloni abordando o mito

soreliano, sobretudo, como uma perspectiva histórica, em função da qual seria possível cultivar o entusiasmo e mesmo desenvolver a ação educadora da constante atividade política. Seria desta maneira que a passagem a uma outra formação social poderia se “autonomizar” de seu eventual conteúdo de necessidade, de inexorabilidade e servir de instrumento de luta e engajamento da classe trabalhadora, ou seja, sendo tomada como referência futura, ou horizonte mítico.

Por horizonte mítico ou “perspectiva-histórica”, então, entendemos a direção histórico-política conferida pelas novas classes fundamentais ao esforço de construção de um novo bloco histórico. Instrumento importante desse esforço por parte das classes produtoras é o que Sorel classifica como “espírito de cisão”. No sentido de cultivá-lo, o pensador francês concebe a violência, assumida como pré-disposição constante à greve geral, como maneira de manter viva a separação ideológica entre as classes, bem como meio de empreender constantemente a reforma moral do proletariado. Nesse sentido aparece em Sorel a idéia de um estado permanente de guerra contra as classes burguesas (Sorel, 1972: 232). Já para Gramsci, o “espírito de cisão” cumpriria o papel de elemento que se poderia contrapor, a partir do proletariado, “a este complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante” (Q3, §49, p.333, B). Através dele, as novas classes fundamentais construiriam a consciência de sua condição material de classe revolucionária cuja tarefa histórica seria a disputa pela hegemonia contra as antigas classes dominantes. Gramsci reconhecera, desse modo, a viabilidade de uma situação de “cisão”, mas não acredita, em todo caso, que ela se sustente por meio do “espontaneísmo” soreliano. A cisão, ou espírito de cisão, seria designada como o reconhecimento, por parte da nova classe fundamental, de sua “separação” e se configuraria como o oposto do recurso da revolução passiva caracterizado como transformismo. A conjunção entre o impulso espontâneo das forças produtivas e a energia reformadora da vanguarda do proletariado produziria o espírito de cisão, e este se apresentaria como condição preliminar para a luta contra as instituições jurídicas da velha sociedade (Badaloni, 1975: 124-126).

Necessário observar que no desenvolvimento das novas forças produtivas está incluído o desenvolvimento subjetivo de novos trabalhadores. O desenvolvimento do espírito de cisão nesses trabalhadores faz parte de um quadro geral de incompatibilidade com as velhas organizações e relações de produção. Essa proposta política admite o pressuposto de que a força “separada” (scissa) da nova classe fundamental assuma a consciência de sua capacidade de dirigir politicamente a produção material da sociedade. A unidade entre história e filosofia ocorreria no momento em que a classe “separada”, produto da cisão, se mune de instrumentos intelectuais e teóricos para expandir a própria cisão na condição de se constituir como hegemônica empreendendo, desse modo, a construção do “novo bloco histórico” (*Idem*: 140).

A construção de uma nova moral do proletariado tem como pressuposto seminal o fenômeno da cisão. A apreensão, por parte de Gramsci, de tal conceito soreliano e seu desenvolvimento com vistas à elaboração das bases de uma nova moral o ajudaria a pavimentar as vias teóricas da reforma intelectual e moral. É assim que o conceito soreliano de “bloco”, utilizado por Gramsci, tentaria estabelecer uma relação entre vontade humana (superestrutura) e a estrutura econômica, de modo que tratar-se-ia de uma relação consciente, de controle da produção pela classe fundamental constituída a partir da cisão. Esse controle da produção ou, em outras palavras, direção política do econômico, deve ser empreendido pelo proletariado na fase de luta pela hegemonia, por meio da socialização da ciência da política. Mais exatamente, o homem, ou produtor, é força produtiva consciente de si, que intervém na história. Desse modo, constituidor de novas relações de produção. É a intervenção consciente no processo de forjar novas relações de produção que confere ao produtor autônomo o potencial político para a construção do novo bloco histórico.

Nesse momento da discussão dos caminhos para a edificação de um novo bloco histórico volta à cena o conceito soreliano de mito, mas retraduzido por Gramsci, como observa Badaloni. Encontramo-nos agora na notória crítica de Gramsci, já aludida acima, à insuficiência política do mito tal como formulado por Sorel. Faltaria em Sorel a exemplificação de uma vontade coletiva em sentido moderno, relacionada ao problema das relações entre estrutura e superestrutura. Gramsci apontaria a necessidade de traduzir o mito soreliano em termos político-partidários, para além do âmbito do sindicalismo revolucionário em que Sorel o desenvolve. Este, limitado pela recusa antijacobina de centralizar as ações de luta numa organização partidária que represente de maneira abrangente os novos interesses do proletariado e das classes aliadas e pelo curto alcance das táticas espontaneístas, não lograria uma organização permanente de classe, a agregação das classes subalternas necessária para o desenvolvimento de um projeto político revolucionário e preparado para lutas de longa duração.

A construção de um novo bloco histórico, portanto, é o projeto que deve resistir no horizonte político das classes subalternas como um “mito-perspectiva”, ou seja, o mito soreliano com as mesmas funções de criar a imagem do possível para as classes trabalhadoras, mas ao mesmo tempo retraduzido nos termos gramscianos da direção política das forças produtivas, da união consciente, executada pelo partido como concretização da vontade coletiva, entre estrutura e superestrutura, economia e política, história e filosofia. Caminho cujo passo inicial é o desenvolvimento da soreliana cisão de classes, mas também aqui retraduzida em Gramsci para além da ruptura passional e efêmera que se nega um projeto político, retraduzida para as necessidades de se alcançar uma contínua agregação das classes subalternas por meio da criação e consolidação de valores próprios, de novos anseios, de uma nova concepção de mundo.

## Jacobinismo (e antijacobinismo)

O jacobinismo, enquanto categoria que descreve a ação da vontade coletiva concentrada no partido de massas, representa um fenômeno que é o oposto histórico político da revolução passiva. Esta seria um processo necessariamente conservador, cujo objetivo é a defesa e a manutenção do bloco histórico das antigas classes dominantes por meio de mudanças moleculares pelo alto, que em nada alteram a constituição fundamental das relações de produção da ordem social predominante (Q15, §11, p. 1767, B). Aquele seria uma prática política que assimila as massas à vida estatal, concentrando no grupo político mais avançado (para Gramsci, no partido enquanto moderno príncipe) a vontade coletiva, a fundação de um Estado de novo tipo e que lança as bases para a edificação de um novo bloco histórico.<sup>3</sup> Apesar de fornecer a Gramsci parte substancial dos alicerces para a concepção do conceito de bloco histórico, o pensamento de Georges Sorel é fortemente marcado pelo antijacobinismo, que se caracterizaria pela recusa da ação política protagonizada e centralizada em um partido revolucionário, da presença de intelectuais em posições de vanguarda e da unificação da luta em torno do programa político de uma classe hegemônica. Gramsci desenvolve a questão a partir do diálogo e do movimento simultâneo de assimilação/refutação das teses sorelianas.

A recusa da violência, no caso do antijacobinismo soreliano, não é recusa *tout court*, mas rejeição da violência revolucionária que se torna Estado, ou seja, a violência do partido que toma o poder. As características definidoras da atuação política jacobina de “conteúdo”, na definição mais precisa de Gramsci, (Q13, §37, p.1636, C; Q1, §48, p.58, A) são justamente as que suscitam no pensador francês a convicta resistência, e mesmo o incentivam a duros ataques a essa forma de ação revolucionária. Embora em seus escritos de juventude Gramsci tenha sido bastante influenciado pelo espontaneísmo sindicalista de Sorel (Gramsci, 1980), a partir de 1921 a questão do jacobinismo começaria a aparecer em sentido positivo para ele, reconhecendo o caráter jacobino da política de aliança com o campesinato e afirmando pela primeira vez a filiação histórica entre jacobinos e bolcheviques (Portelli, 1974: 33). Gramsci reconheceria ainda nesse momento a necessidade de uma direção centralizada e de um partido disciplinado que se apresentasse para exercer a ditadura de classe. “Esse reconhecimento tácito do jacobinismo dos métodos bolcheviques junto àquele do caráter jacobino do programa agrário dos comunistas anuncia diretamente os desenvolvimentos dos *Cadernos*” (Portelli, 1974: 34). Nesse caso, a questão de elaborar um jacobinismo “proletário” seria a mesma do desenvolvimento de uma vontade nacional-popular a partir da

---

<sup>3</sup> “Se é verdade que os jacobinos ‘forçaram’ a mão, é também verdade que isso aconteceu sempre no sentido do desenvolvimento histórico real, porque não apenas organizaram um governo burguês, ou seja, fizeram da burguesia a classe dominante, mas fizeram mais, criaram o Estado burguês, fizeram da burguesia a classe nacional dirigente, hegemônica, ou seja, deram ao novo Estado uma base permanente, criaram a compacta nação moderna francesa” (Q19, §24, p.2029, C; Q1, §44, p. 51, A).

união do proletariado urbano com o campesinato, formando um bloco social sob hegemonia do primeiro (Gramsci, 1978: 416).

No sentido da edificação de uma nova concepção de vida, os jacobinos franceses teriam unido os interesses das massas urbanas e rurais e criado uma verdadeira “vontade nacional-popular”. Em Gramsci, “de movimento burguês sectário, o jacobinismo torna-se um partido revolucionário que cria a nação” (Portelli, 1974: 34). Os jacobinos teriam sido ainda herdeiros de uma revolução cultural elaborada pelos enciclopedistas ou, nos termos dos *Cadernos*, de uma reforma intelectual e moral (*Idem*). Para Portelli, “Os *Cadernos* marcam uma reavaliação positiva de todos os aspectos do jacobinismo de 1793. Mas sobretudo, como nos escritos de juventude, Gramsci coloca o problema da posteridade do jacobinismo” (*Idem*:35). O percurso de Gramsci do antijacobinismo espontaneísta de cunho soreliano ao “jacobinismo absoluto (político ideológico)” resultaria finalmente na elaboração da possibilidade do partido comunista como moderno príncipe, ou seu papel na difusão de uma reforma intelectual e moral (*Idem*: 41).

Para Medici (2000: 151), o “jovem” Gramsci teria sido um crítico severo do jacobinismo, identificando-o a uma maneira burguesa de fazer política. Nesse caso, ficaria evidente a proximidade com o ponto de vista soreliano. Existiria no Gramsci dos *Cadernos*, entretanto, um “neojacobinismo”, cuja gênese mereceria ser aprofundada. Já na fase inicial de confecção dos *Cadernos*, o jacobinismo se apresentaria como um exemplo completo da capacidade de desenvolvimento de uma vontade coletiva como vontade política unitária, tendo sido capaz de promover a ligação cidade-campo, a aliança operários-camponeses (*Idem*:155). O jacobinismo de Gramsci seria mesmo uma das formas de seu leninismo, assumindo uma de suas manifestações no método geral escolhido para a criação e desenvolvimento da vontade coletiva, no sentido de se construir uma nova ordem moral e jurídica. A idéia de socialismo que Gramsci teria assimilado de Sorel estaria diretamente ligada a uma tal ordem de novo tipo, no sentido moral e jurídico, mas que seria, sobretudo, uma nova organização econômico-produtiva (*Idem*: 132).

A assimilação do pensamento de Sorel nos *Cadernos* passaria pela severa crítica ao que, no final das contas, seria o esteio do antijacobinismo soreliano, ou seja, o espontaneísmo da ação sindical preconizado pelo sindicalismo revolucionário. Antideterminismo e antijacobinismo seriam os dois pilares do pensamento soreliano com os quais Gramsci lidaria, desenvolvendo, no âmbito da filosofia da práxis, todas as conseqüências positivas do primeiro, mas rejeitando duramente as críticas representadas pelo segundo para o intuito da construção de um novo bloco histórico por parte da nova classe fundamental. Teorizado na forma do espontaneísmo, o sindicalismo não seria senão uma variante do economicismo, já que transformaria a

distinção entre “sociedade política” e “sociedade civil” em uma distinção orgânica e não metodológica, exatamente nos moldes de uma concepção liberal (*Idem*:136).

Ao afirmar que o espontaneísmo soreliano deixaria a vontade coletiva “abandonada em sua fase primitiva e elementar”<sup>4</sup>, Gramsci estaria apontando um paradoxo criado pelo pensador francês no interior de sua própria teoria por conta de seu antijacobinismo. Para Gramsci seriam justamente as características de um movimento jacobino que impediriam as massas de se abandonar à fase primitiva de sua vontade coletiva, dentre as quais a construção de um partido revolucionário que encarnasse a vontade nacional coletiva como sua vanguarda e a utilização da violência contra as classes adversárias. Mais do que a violência, seria a formação do partido jacobino, construído em função de conferir direção política ao levante das massas, que não apraz Sorel. É sua recusa a reconhecer legitimidade a qualquer tipo de liderança política ou intelectual das massas que suscita a observação de Gramsci de que, em Sorel, a vontade coletiva seria abandonada à sorte vulnerável e dispersante do espontaneísmo absoluto. A limitação de Sorel, nesse sentido, pode ser observada na ausência da tradução do momento econômico corporativo da luta do proletariado (ou, mais exatamente, a prática sindicalista) para uma linguagem/plano políticos, para um nível superestrutural mais avançado, em termos históricos, da relação de forças entre as classes fundamentais, o que seria feito por Gramsci em sua análise do jacobinismo. Segundo Kanoussi,

Inspirado em Lenin, que por sua vez citava Marx, Gramsci pensa no jacobinismo em dois sentidos: um como o método revolucionário por excelência, quer dizer a decisão, a energia, o forçar a situação arrastando a burguesia, “empurrando-a para diante com chutes no traseiro”; o outro sentido, (...) é o da hegemonia propriamente dita, exercida exemplarmente pelos jacobinos como a unidade entre cidade e campo, assim como unidade entre força e consenso; (...) Em Gramsci tal unidade tem significado saliente, posto que é sua metáfora para falar aos herdeiros de Lênin da importância da NEP e do erro histórico de sua abolição (Kanoussi, 2000: 119).

É a unidade hegemônica de que fala Kanoussi que restaria impossibilitada diante da alternativa teórica do antijacobinismo soreliano. O jacobinismo, para Sorel, torna-se condenável tanto em sua forma histórica, como um modo de ação concebido pela vanguarda de uma revolução burguesa, logo essencialmente ligado a interesses burgueses, quanto em seu conteúdo enquanto método de ação, qual seja a apologia da ditadura de uma vanguarda partidária em nome de um suposto interesse geral concretamente inapreensível. Sorel opõe assim a violência jacobina, que se torna aqui identificada à força estatal, à violência exercida pelo proletariado revolucionário. O antijacobinismo de Sorel decorreria de sua conclusão de que todo jacobinismo torna-

---

<sup>4</sup> Nas palavras de Gramsci: “Pode um mito, no entanto, ser ‘não construtivo’, pode imaginar-se, na ordem das intuições de Sorel, que produza efetividade um instrumento que deixa a vontade coletiva na fase primitiva e elementar de seu mero formar-se, por distinção (por ‘cisão’) ainda que com violência, isto é, destruindo as relações morais e jurídicas existentes?” (Q13, §1, p.1557, C; Q8, §21, p.951, A).



se, de fato, violência como força estatal. O pensador francês afirma no prefácio às suas *Reflexões sobre a Violência* :

Durante o Terror, os homens que mais derramaram sangue foram precisamente aqueles que tinham o mais forte desejo de permitir que seus pares gozassem a época dourada com a qual sonharam e os que tinham a maior simpatia pela miséria humana: otimistas, idealistas e sensíveis, mostraram-se ser tanto mais inflexíveis quanto maior era seu desejo de felicidade universal (Sorel, 1999: 10).

Ao se referir ao terror empreendido pelos homens que conformavam o Estado revolucionário francês, Sorel sugere que tal seria também o destino do partido erigido em vanguarda do proletariado, considerando a centralização partidária presente na prática jacobina uma espécie de autoritarismo de mérito exercido por intelectuais. No prefácio que escreve para a primeira edição em francês do livro de Antonio Labriola, *Conception Matérialiste de l'Histoire*, em dezembro de 1896, Sorel tece as mesmas críticas aos que chama ironicamente de “hommes de génie”, atacando seu distanciamento com relação ao proletariado e sua suposta arrogância intelectual, que se consideraria capaz de fornecer, a partir de fora, respostas para os problemas dos trabalhadores. Sorel os acusa de desejar dirigir, ao contrário de tornarem-se apenas colaboradores de uma “obra proletária”. Nesse texto, Sorel alude ao espírito antijacobino do qual, segundo ele, estaria imbuído o proletariado (Sorel, 1897: 4).

Um dos últimos textos de Sorel, publicado originalmente na revista italiana *Nuova Antologia* em 1928 com o título *Ultime Meditazioni*, concentra de forma clara as posições antijacobinas de seu autor. Sorel se questionaria ali se uma classe, na condição de simples categoria sociológica, sem estrutura jurídica e, no entanto, susceptível de ser comandada por um estado-maior jacobino, poderia ser o agente de uma verdadeira revolução. Para o revolucionário francês, a revolução seria obra de um movimento de homens livres, grupos que rejeitariam toda a hierarquia fixa, mas que praticariam uma disciplina clara, expressa numa doutrina jurídica que projetasse já a maneira de viver da nova sociedade . Seria porque “acreditava ver nos soviets nascentes um movimento de luta desse tipo que Sorel reencontra em 1919-1920 sua fé no socialismo, do qual ele havia se separado às vésperas da guerra” (Innes, 1962: 84). A hipótese de Sorel que sustentaria a proximidade dos conselhos de operários na Itália ao bolchevismo, embora a partir de uma equivocada leitura antijacobina do mesmo, viria expressamente registrada ao final de suas *Ultime Meditazioni*, mas não na versão italiana, a qual Gramsci teria tido acesso (Q11, §66, p.1494, C; Q4, §31, p.447, A). Esta última viera à luz com uma sensível alteração feita pelos editores, corretamente pressentida por Gramsci quando lera o artigo:

Neste ponto, fica-se com a impressão que o ensaio de Sorel tenha sido mutilado e que falte precisamente uma parte, com relação ao movimento italiano das fábricas. (...) O ensaio, como foi publicado, é incoerente e incompleto. A sua conclusão,

com relação à Itália (...) não possui nenhuma demonstração, sequer por reduções e acenos, à moda de Sorel “ (Q11, §66, p.1497-98, C; Q4, §31, p.449-50, A).

A conclusão à qual se refere Gramsci é o período do último parágrafo da versão italiana: “Molte ragioni mi avevano condotto, da gran tempo, a suporre che quello che un hegeliano chiamerebbe il Weltgeist, spetta oggi all’Italia”<sup>5</sup> (Sorel, 1928: 307). Em 1962, a livraria parisiense “M. Rivière” permitiu a publicação do manuscrito original em francês que estava em sua posse. Descobriu-se então que a passagem original, escrita por Sorel em janeiro de 1920, trazia o seguinte conteúdo: “Bien des raisons m’ont amené à supposer, depuis longtemps, que ce qu’un hégélien nommait le Weltgeist prolétarien appartient maintenant à l’Italie; la rapidité avec laquelle nos voisins se sont ralliés à Lénine a transformé mon ancienne hypothèse en certitude”<sup>6</sup> (Sorel, 1962: 112). Como se observa, a intuição de Gramsci fora certa. A parte sublinhada, na qual Sorel refere-se evidentemente ao biênio rosso italiano, fora suprimida pelos editores de Nuova Antologia sob o regime de Mussolini em 1928, conferindo um sentido praticamente oposto ao do texto original, dando a impressão que Sorel estivesse se referindo à ascensão do fascismo..

Em suas *Ultime Meditazioni*<sup>7</sup>, Sorel se ocupa em condenar o jacobinismo em oposição ao que classifica como “socialismo revolucionário”. Elogia de forma entusiasmada o que considera serem as conquistas da revolução russa em termos do poder do proletariado que teria sido criado a partir dos soviets (Sorel, 1962: 91, 111). O revolucionário francês demonstra preocupação constante com a criação de um “direito proletário” que ele opõe ao jacobinismo. Este se configuraria como a ditadura de uma minoria que se arrogaria a liderança dos trabalhadores e cuja desconsideração à criação de nova condição jurídica conduziria aos excessos de terror e ao autoritarismo. Considera ainda, numa interpretação flagrantemente equivocada, que ignoraria o próprio jacobinismo do partido bolchevique, que os soviets se inspirariam mais na obra de Proudhon que em alguma “escola socialista marxista” (*Idem*).

O paradoxo do posicionamento político-teórico de Sorel encontrar-se-ia em não resolver o problema da transição jurídica entre uma e outra formação social, ou antes, como proceder à revolução, ou mesmo à prática do “socialismo revolucionário”, sem a incisiva violência de método jacobino contra a antiga dominação de classe. Sustenta o pensador francês que “apenas o socialismo revolucionário é o único apto a produzir o desenvolvimento do direito proletário” (Sorel, 1962: 110). Aqui se pode voltar à crítica que Gramsci faz a esse pressuposto. À moda de Gramsci, podemos nos perguntar que espécies de instituições jurídicas permanentes, de novo tipo, podem ser criadas

<sup>5</sup> “Muitas razões me conduziram, há muito tempo, a supor que aquilo que um hegeliano chamaria de Weltgeist pertence hoje à Itália”.

<sup>6</sup> Continuando a partir da palavra alemã Weltgeist: “...proletário pertence agora à Itália; a rapidez com a qual nossos vizinhos juntaram-se a Lênin transformou minha antiga hipótese em certeza”.

<sup>7</sup> Título dado pelos editores italianos em 1928, já que o texto original em francês não possui título (Sorel, 1962: 88).

por um movimento espontâneo de sublevação do proletariado que, justamente por se negar uma organização permanente, está fadado a se esvaecer no momento mesmo de sua formação. Sorel preconiza, enfim, a “violência proletária” espontânea, sem a centralização das ações políticas em torno do programa de um partido revolucionário que concentre a vontade coletiva em direção às fundações de um novo bloco histórico, em suma, sem o que Gramsci considera como jacobinismo de conteúdo. Segundo Gramsci, tal seria seu “ponto obscuro”.<sup>8</sup>

## Conclusão

Ainda antes de Gramsci, o marxismo teórico italiano já havia recebido importante influência de Sorel por meio de seu diálogo epistolar com Antonio Labriola. A “ponte” entre a crítica labriolana e gramsciana do positivismo teria sido lançada pelo pensamento soreliano e, em Gramsci, manifestar-se-ia como “a última e fecunda ressurgência de uma referência soreliana no movimento das idéias da Itália contemporânea” (Charzat, 1986: 214). Com a ajuda da elaboração soreliana do bloco de imagens históricas e do mito, passando pela problematização do antijacobinismo militante do pensador francês, Gramsci logra “traduzir” Sorel nos termos críticos da filosofia da práxis, como parte de seu imenso trabalho de “recomposição do marxismo” num momento histórico de pujante revisionismo teórico, no qual se haviam empenhado até então intelectuais de grande envergadura na Alemanha (Bernstein), na Itália (Croce) e na França (o próprio Sorel).

Uma das particularidades principais do revisionismo soreliano se encontraria no fato de se colocar na corrente contrária das “revisões” empreendidas pela social-democracia alemã, fosse com relação à adequação dos princípios teóricos do marxismo para fazê-los condizer com a então já consagrada prática eleitoral e de atuação parlamentar do Partido Social-Democrata (Bernstein), fosse com relação à influência positivista que inspiraria a considerar o socialismo como uma marcha histórica “necessária” em termos de desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista (Kautsky).<sup>9</sup> Em Sorel é tanto a aversão à política representativa quanto o anticientificismo, confundido com antipositivismo, que se colocam como crítica às posturas acima. O pensador francês recusa a cientificidade reivindicada por Marx e Engels e eleva a primeiro plano o voluntarismo e o espontaneísmo da ação política como atitudes revolucionárias por excelência. Daí a eleição do “mito”

---

<sup>8</sup> Trata-se da seguinte passagem: “É de se notar que, embora Sorel possa ser empregado para justificar as mais disparatadas posições práticas devido à variedade e incoerência de seus pontos de vista, é inegável nele um ponto fundamental e constante, o seu radical ‘liberalismo’ (ou teoria da espontaneidade), que impede qualquer conseqüência conservadora de suas opiniões. (...) O ponto obscuro de Sorel é seu antijacobinismo e seu economicismo puro, e esse (...) é o único elemento de sua doutrina que pode ser distorcido para dar lugar a interpretações conservadoras” (Q17, §20, p.1923, B).

<sup>9</sup> Para uma visão resumida, mas substantiva, das posições de Bernstein e Kautsky, ver respectivamente Iring Fetscher, (1982) e Massimo Salvadori (1982).

da greve geral como horizonte revolucionário e a aposta no movimento espontâneo das massas trabalhadoras, motivadas não por uma vanguarda que tivesse analisado “cientificamente” as condições objetivas e subjetivas para a sublevação, mas pela paixão nutrida pela imagem messiânica do mito.

Embalado pela causa anticientificista, Sorel propunha a crítica do marxismo não com o intuito de negá-lo como teoria social, mas para dele empreender uma “decomposição”, depurá-lo de aspectos supostamente positivistas, reencontrar nele o que considerava serem suas bases metafísicas (morais) e finalmente reagrupar e reestruturar os elementos do sistema marxiano que pudessem servir à causa do socialismo. Gramsci, num movimento de superação da crítica revisionista, utiliza-se também do método soreliano, mas para sua própria empresa de “recomposição” da teoria marxista como uma filosofia da práxis. A abordagem do pensamento de Sorel nos *Cadernos do Cárcere* por meio do debate teórico que o avalia na medida em que participa da determinação dos fundamentos de conceitos gramscianos como os de *jacobinismo* e *bloco histórico*, ligados entre si de forma a estruturar-se em momentos teóricos interdependentes, possui a qualidade de registrar, ainda que parcialmente, essa “recomposição do marxismo” que Gramsci pretendeu realizar a partir do debate rigoroso, dentre outros, também com Georges Sorel.

### **Bibliografia**

- BADALONI, N. (1975). *Il marxismo di Gramsci: dal mito alla ricomposizione politica*. Torino: Giulio Einaudi editore.
- BIANCHI, A. (2008). *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda.
- CHARZAT, M. (1986). A la source du ‘marxisme’ de Gramsci. In: *Cahiers l’Herne: Georges Sorel*. Éditions de l’Herne. Paris.
- DEL ROIO, M. (2005). *Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)*. São Paulo: Xamã.
- DIAS, E. F. (2000). *Gramsci em Turim*. A construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã.
- FETSCHER, I. (1982). Bernstein e o desafio à ortodoxia. In: HOBSBAWN, E. (org.). *História do marxismo*, vol. II, O marxismo na época da Segunda Internacional (Primeira Parte), Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GRAMSCI, A. (2001). *Quaderni del carcere*: edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi.
- \_\_\_\_\_. (1980). *Cronache Torinesi. 1913-1917*: A cura di Sergio Caprioglio. Turim: Einaudi.
- \_\_\_\_\_. (1978). *Socialismo e fascismo: l’Ordine Nuovo/1921-1922*. Torino: Einaudi.

- INNES, N. (1962). Georges Sorel: aperçu sur les Utopies, les Soviets e le Droit Nouveau. Un inédit. *Cahiers de L'Institut de Science Économique Appliquée (Études de Marxologie 5)*, Paris, n. 121, janvier.
- KANOUSI, D; MENA, J. (1985). *La revolución pasiva: una lectura a los Cuadernos de la Cárcel*. México D.F.: Universidad Autónoma de Puebla.
- KANOUSI, D. (2000). *Una introducción a los Cuadernos de la Cárcel de Antonio Gramsci*. México D.F.: Plaza y Valdez.
- MEDICI, Rita. (2000). *Giobbe e Prometeo: filosofia e politica nel pensiero di Gramsci*. Firenze: Alinea.
- POLIN, C. Préface. (1972). In: *Sorel, G. Réflexions sur la violence*. Paris: Rivière.
- PORTELLI, H. (1974). Jacobinisme et antijacobinisme de Gramsci. *Dialectiques Gramsci*, Paris, n. 4-5, mars.
- \_\_\_\_\_. (1972). *Gramsci et le bloc historique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- SALVADORI, M. (1982). Kautsky entre ortodoxia e revisionismo. In: HOBSBAWN, E. (org.) *História do marxismo*, vol. II, O marxismo na época da Segunda Internacional (Primeira Parte), Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SOREL, G. (1999). *Reflections on violence*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (1992). *Reflexões sobre a violência*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (1981). *Matériaux d'une théorie du prolétariat*. Paris: Slatkine.
- \_\_\_\_\_. (1972). *Réflexions sur la violence*. Paris: Rivière.
- \_\_\_\_\_. (1962). (sem título. Original em francês do artigo publicado em italiano na revista Nuova Antologia, em dezembro de 1928, com o título *Ultime Meditazioni*). *Cahiers de L'Institut de Science Économique Appliquée (Études de Marxologie 5)*, Paris, n. 121, janvier.
- \_\_\_\_\_. (1928). *Ultime Meditazioni*. *Nuova Antologia*. Roma, anno 63, fascicolo 1361, dicembre.
- \_\_\_\_\_. (1897). Préface. In: LABRIOLA, Antonio. *Essais sur la conception matérialiste de l'histoire*. Paris: V. Giard & E. Brière.